

Cabral: 'Não tiro uma vírgula'

ESTADO DE SÃO PAULO - 3 SET 1987

anc p-5

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, não vai alterar uma só vírgula do artigo do seu substitutivo que dispõe sobre o papel das Forças Armadas e que tanta polêmica vem causando entre os comandantes militares. Ele se referiu ao artigo 192, segundo o qual as Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa expressa destes, da ordem constitucional. Ele reiterou não ter firmado nenhum acordo com ministros militares.

O deputado amazonense comunicou sua decisão, ontem, durante reuniões com as lideranças dos partidos de esquerda e do Movimento de Unidade Progressista, MUP, do PMDB, no gabinete do líder do PDT, Brandão Monteiro, onde foram discutidas soluções para algumas das questões mais polêmicas da constituinte.

Cabral explicou, por exemplo, que se não tivesse sido a intransigência dos militares punidos pelo regime de 64 em favor da reintegração, teria sido possível aprovar o pagamento dos vencimentos atrasados. Como os não anistiados ficaram irredutíveis nesse ponto, Cabral não sabe como o problema será agora resolvido.

O relator acertou com as lideranças de esquerda a manutenção de um canal permanente de comunicação

de modo que eles possam influir também em suas decisões no âmbito da Comissão de Sistematização. Em relação à reforma agrária, o deputado amazonense disse que, se não houver acordo, será impossível a adoção de uma fórmula que seja aceita por todas as correntes políticas na Constituinte. Os progressistas disseram que não concordam, em nenhuma hipótese, com a conversão dos títulos da dívida agrária em dinheiro.

Foram ainda analisadas as questões da estabilidade no emprego, com o deputado Bernardo Cabral admitindo a possibilidade de acatar projeto do Departamento de Assessoria Intersindical — Diap — com esse objetivo. Já em relação à redução da jornada de trabalho, ele aconselhou os líderes de esquerda a negociar uma solução intermediária com os empresários, o que será feito.

Bernardo Cabral informou também nada ter contra a manutenção do voto proporcional, explicando ter acatado o voto distrital em seu parecer devido à metodologia de trabalho que adotou, de respeitar as decisões das subcomissões e comissões da Constituinte. Portanto, acrescentou, se forem apresentadas emendas mantendo o voto proporcional, ele vai aceitar.

Ao final do encontro, tanto os líderes como o relator Bernardo Cabral pareciam satisfeitos com os resultados da conversa. De um lado, os xiitas empenhados em encontrar soluções intermediárias entre as várias posições e o relator inclinado a atendê-las.

Prazo maior para emendas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte decidiu prolongar de hoje até a meia-noite de sábado o prazo de apresentação de emendas ao primeiro substitutivo do relator Bernardo Cabral, que achou boa a prorrogação. Ele mesmo terá de domingo até o dia 15 para apresentar novo substitutivo. "Ganha-se tempo para o confronto" — afirmou Cabral.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, também elogiou o adiamento, pois haverá mais tempo para obter consenso em pontos polêmicos. O deputado paulista acha possível parlamentares de várias tendências chegarem a acordo sobre quase todos os itens do substitutivo, o regime de governo inclusive. Ulysses considera que a ampliação de prazos não atrapalhará sua intenção de promulgar a futura Constituição em 15 de novembro, data da Proclamação da República.

Bernardo Cabral é mais cético a respeito. Em sua opinião só no início

de dezembro será possível promulgar a Constituição. O parlamentar amazonense só vê possibilidade de aprovação da nova Carta no dia previsto por Ulysses caso haja amplos acordos de licença. Menos otimista que Ulysses quanto a um entendimento amplo, o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, afirmou que não haverá acordo sobre regime de governo mesmo com a ampliação dos prazos.

O novo cronograma ficou assim: até sábado, dia 5, às 24 horas, apresentação de emendas ao primeiro substitutivo; de 6 a 15, o relator Bernardo Cabral deverá apresentar o segundo substitutivo; dias 16 e 17, publicação dos autos; de 18 a 20, apresentação de pedidos para votação de destaques; de 21 deste mês a 2 de outubro, deliberação do segundo substitutivo pela Comissão de Sistematização; 3 e 4 de outubro, publicação do texto conforme aprovado pela Sistematização; dia 5 de outubro, inicia-se a apreciação do projeto definitivo de Constituição na Assembléia Constituinte, sem prazo de conclusão.



Alencar Monteiro

Crianças nas galerias ouvem discursos em sua defesa

Em debate o direito das crianças

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A pauta dos trabalhos da Comissão de Sistematização reuniu ontem oito emendas populares sobre os direitos e garantias da criança e do adolescente e sobre educação.

A primeira delas, com 46.297 assinaturas, sobre o direito das crianças e adolescentes, teve como expositor o professor Vital Didonet, muito aplaudido pelos escolares que ocupavam as galerias. Didonet disse ser inacreditável que num país tão grande como o Brasil, milhares de crianças morram por desnutrição, e defendeu "uma nova estrutura em que as crianças sejam consideradas seres humanos".

A segunda emenda sobre o mesmo tema foi defendida pelo professor Deodato Riveira. Ele lembrou que no ano passado morreram no Brasil 400 mil crianças entre zero e quatro anos de idade, "o que equivale a uma devastação cinco vezes superior à da bomba atômica de Hiroshima".

Em seguida, houve o debate da emenda popular da CNBB, sobre educação, defendida pelo bispo de Bauri (SP), d. Cândido Padim. O religioso congratulou-se particularmente com o relator Bernardo Cabral, pela inclusão no substitutivo de um preâmbulo à futura Constituição. Confessou-se, no entanto, frustrado por não ter encontrado no capítulo da educação os princípios enunciados no preâmbulo. Falta, a seu ver, conceituar o ideal da educação e a qualidade do ensino.

Amato e Lula analisam a estabilidade

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Fiesp, Mário Amato, permaneceu ontem quase uma hora no gabinete do presidente do PT, deputado Luiz Inácio Lula da Silva, discutindo com ele e com o secretário geral, Olívio Dutra, os pontos divergentes e convergentes em relação à futura Constituição. Quando os repórteres manifestaram surpresa pela visita, Amato explicou: "Nós, da Fiesp, já visitamos todas as lideranças e todos os presidentes de partido. Só estava faltando o Lula. Vim hoje. Conversamos sobre pontos convergentes e divergentes".

Comentando as concordâncias com o PT, o presidente da Fiesp disse que os empresários querem uma política econômica que gere mais empregos. "Queremos uma política habitacional, de saúde e de educação que traga mais benefícios para a população. Também queremos a administração tripartite dos fundos sociais pelo governo, empresário e empregados. Já estão nossas convergências", afirmou ele, acrescentando que os principais pontos de divergência entre a Fiesp e o PT são "as 40 horas e a estabilidade no emprego. Vamos discutir essas questões para chegar a um denominador comum. O Lula ouviu e disse que vai estudar, o que não quer dizer que ele irá nos atender ou capitular".

Depois de considerar o encontro como "amistoso", Amato revelou que houve "algum avanço no tocante à estabilidade no emprego".